



# Piumhi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório de revisão  
do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262M4-001-PB





# Índice

	<b>Página</b>
Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	11

# Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Rua Juiz de Fora, 1.406 -  
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -  
Belo Horizonte (MG) Brasil  
T +55 31 3289-6000  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Administradores e Acionistas da  
**Piumhi Energias Renováveis S.A**  
Belo Horizonte – MG

## Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis da Piumhi Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

## Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações contábeis. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com a referida norma é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, na realização de indagações à Administração e outros dentro da Companhia, conforme apropriado, bem como procedimentos analíticos e de avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.



## Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Piumhi Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Outros assuntos

### Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, não foram revisadas por nós nem por outro auditor independente.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC MG-008.957/F-8

*Daniel Menezes Vieira*

Daniel Menezes Vieira  
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

# Piumhi Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	374	290
Contas a receber	5	1.626	1.227
Adiantamentos concedidos	-	-	1
Impostos a recuperar	6	62	61
Outros ativos	7	25	52
Partes relacionadas	13	25	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.112</b>	<b>1.631</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Imobilizado	8	15.592	13.061
Intangível	9	45	3.063
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>15.637</b>	<b>16.124</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>17.749</b>	<b>17.755</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Piumhi Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	10	31	44
Obrigações tributárias	11	103	19
Partes relacionadas	13	129	3.648
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>263</b>	<b>3.711</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Provisões para riscos	12	3	3
Partes relacionadas	13	6.706	7.665
Tributos diferidos	15	274	192
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>6.983</b>	<b>7.860</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	16.1	5.003	3.599
Reserva de capital	16.2	7.043	4.231
Reserva legal	16.3	5	-
Lucros (prejuízos) acumulados	-	(1.548)	(1.646)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>10.503</b>	<b>6.184</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>17.749</b>	<b>17.755</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Piumhi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
<b>Receita líquida na prestação de serviços</b>	<b>17</b>	<b>3.483</b>	<b>1.413</b>
Custo da Energia Gerada	18	(1.303)	(758)
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>		<b>2.180</b>	<b>655</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Administrativas, comerciais e gerais	19	(143)	(948)
Despesas tributárias	-	(2)	(5)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>2.035</b>	<b>(298)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	20	196	45
Despesas financeiras	20	(1.673)	(1.342)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(1.477)</b>	<b>(1.297)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes da provisão do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>558</b>	<b>(1.595)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	21.1	(409)	(45)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	21.2	(46)	(120)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>103</b>	<b>(1.760)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Piumhi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>103</b>	<b>(1.760)</b>
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-
<b>(=) Resultado abrangente total</b>	<b>103</b>	<b>(1.760)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Piumhi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Capital	Lucros/ Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Não revisado)</b>		<b>3.599</b>	-	<b>4.231</b>	<b>114</b>	<b>7.944</b>
Aumento (redução) de capital		-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.760)	<b>(1.760)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Não revisado)</b>		<b>3.599</b>	-	<b>4.231</b>	<b>(1.646)</b>	<b>6.184</b>
Aumento (redução) de capital	16.1	1.404	-	2.812	-	<b>4.216</b>
Constituição de reserva legal	16.3	-	5	-	(5)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	103	<b>103</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>5.003</b>	<b>5</b>	<b>7.043</b>	<b>(1.548)</b>	<b>10.503</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Piumhi Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
<b>Das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>558</b>	<b>(1.595)</b>
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>			
Depreciação	8	606	443
Amortização	9	10	-
Provisão para riscos	12	-	3
<b>Decrécimo (acrécimo) em ativos</b>			
Contas a receber	5	(399)	(1.227)
Adiantamentos concedidos		1	1.075
Impostos a recuperar	6	(1)	(54)
Outros ativos	7	27	(52)
Partes relacionadas	13	(25)	-
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>			
Fornecedores	10	(13)	(338)
Obrigações tributárias	11_15_21.2	120	50
Impostos pagos	21.1	(409)	(45)
Partes relacionadas	13	(2.265)	2.307
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(1.790)</b>	<b>567</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Acrécimo do imobilizado	8	(129)	-
Acrécimo do intangível	9	-	(4.890)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>		<b>(129)</b>	<b>(4.890)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	16.1	4.216	-
Partes relacionadas	13	(2.213)	3.180
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>2.003</b>	<b>3.180</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>84</b>	<b>(1.143)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício	4	290	1.433
No final do exercício	4	374	290
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>84</b>	<b>(1.143)</b>
<b>As atividades operacionais não envolvendo caixa</b>			
Reclassificação - Entre o Intangível para o Imobilizado	8_9	3.008	13.504

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

## 1. Contexto operacional

Piumhi Energias Renováveis S.A. (“Piumhi”) é uma sociedade por ações, constituída em 03 de janeiro de 2022, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, cujo objeto social consiste na geração de energia elétrica e no aluguel de empreendimentos de geração de energia de fonte fotovoltaica.

No exercício de 2025, a Piumhi passou a auferir receitas decorrentes de sua atividade operacional. Nesse exercício, as receitas reconhecidas decorreram, substancialmente, de contratos de arrendamento de terrenos vinculados aos empreendimentos fotovoltaicos, bem como da prestação de serviços de controle, planejamento e suporte à operação das usinas.

No exercício de 2025 a Nec Projeto Solares, em assembleia geral extraordinária, aprovou um aumento de capital e uma constituição de reserva de capital da Piumhi em R\$ 1.404 e R\$ 2.812.

Adicionalmente, em dezembro de 2025, foi aprovado, em assembleia a distribuição de dividendos fixos e cumulativos relacionados às ações preferenciais de emissão da Companhia, à conta de reserva de capital, bem como o resgate de 50.000 ações, mediante a utilizando o saldo da referida reserva de capital.

Em decorrência do resgate das ações e do aumento de capital, a Nec Projeto Solares passou a deter 92,95% de participação, enquanto participação da CEI Energética Integrada Ltda foi reduzida de 50% para 7,05%.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada por reunião da diretoria, em 25 de fevereiro de 2026.

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 2.1.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.2. Principais políticas contábeis materiais

### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em reais, com alto índice de liquidez e risco insignificante de mercado.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério *pro rata temporis*, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

**b) Contas a receber**

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de projetos. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a estimativa para provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**c) Imobilizado**

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os gastos devidamente segregados, ocorridos pela Companhia para a constituição de um novo ativo, incluindo, quando aplicável, os custos com financiamentos.

Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A seguir as taxas anuais de depreciação por grupo adotadas pela Companhia:

	Taxa de depreciação
Equipamentos de informática	3,90%
Centrais Solares	3,90%
Software	3,90%

**d) Intangível (projetos em andamento)**

Os gastos com desenvolvimento de projetos são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o projeto for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Fazem parte dos gastos incorridos no desenvolvimento de projetos os de estudos de inventário, os gastos para a obtenção de outorgas, licenças ambientais, viabilidade de conexões, entre outros.

Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

**e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: **(a)** reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e **(b)** a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

**f) Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

**g) Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo ou valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**h) Ativos financeiros**

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros da Companhia incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa e contas a receber reconhecidos considerando o custo amortizado.

**i) Passivos financeiros**

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; **(ii)** mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores

**j) Imposto de renda e contribuição social**

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia efetua a apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime de lucro presumido. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Imposto de renda – calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240. Contribuição social – calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

**k) Tributos diferidos**

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias por diferenças temporárias tributáveis referentes a exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e diferenças de base referentes a ganho de capital. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

**I) Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025**

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

**IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)**

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

**Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas**

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento “Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

**3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025**

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

**IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis**

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, incluindo a introdução de subtópicos padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis.

**IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações**

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis.

**Alterações à IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos financeiros**

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

**3.2. Principais julgamentos, critérios e estimativas contábeis**

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, incluindo ativos, passivos, receitas e despesas.

Esses julgamentos e estimativas são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros que são razoáveis de acordo com as circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente no período em que as estimativas são revisadas e, quando aplicável, nos períodos futuros afetados.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
Caixa e bancos	4	6
Aplicações financeiras	370	284
<b>Total</b>	<b>374</b>	<b>290</b>

(i) Em 2025 as aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário (CDB) – DI, com risco insignificante de perda de valor e são remuneradas a taxas de mercado de 97,6% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). (Em 2024 100,0%).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

**5. Contas a receber**

O saldo de contas a receber está representado pela prestação de serviços realizada no exercício de 2025, cujos recebimentos estão previstos contratualmente, conforme tratativas de ramp-up de pagamentos, com prazo médio estimado em aproximadamente 100 dias.

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
Contas a receber de clientes	937	943
Contas a receber de clientes - Receita não faturada (i)	689	284
<b>Total</b>	<b>1.626</b>	<b>1.227</b>

(i) Ainda que se trate de receita não faturada, a Administração entende que não há histórico de perdas nem expectativa de inadimplência associada a esses valores. Dessa forma, não foi reconhecida perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

**6. Impostos a recuperar**

O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim demonstrado:

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
IRPJ e IRRF a compensar	15	15
CSLL a compensar	10	10
PIS a recuperar	7	6
Cofins a recuperar	30	30
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>61</b>

**7. Outros ativos**

O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim demonstrado:

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
Seguro a apropriar	25	52
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>52</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

**8. Imobilizado**

As movimentações do ativo imobilizado nos exercícios encontram-se apresentadas a seguir:

	Saldo em 31/12/2024 (Não revisado)	Adições	Baixas	Transferências (ii)	Reclassificações (i)	Saldo em 31/12/2025
<b>Custo</b>						
Centrais Solares	-	-	-	13.484	3.008	<b>16.492</b>
Máquinas e equipamentos	<b>13.504</b>	-	-	(13.504)	-	-
Equipamentos de Informática	-	-	-	20	-	<b>20</b>
Imob. Em andamento	-	129	-	-	-	<b>129</b>
<b>Total do custo</b>	<b>13.504</b>	<b>129</b>	-	-	<b>3.008</b>	<b>16.641</b>
<b>Depreciação</b>						
Centrais solares	-	(391)	-	(654)	-	<b>(1.045)</b>
Máquinas e equipamentos	<b>(443)</b>	(213)	-	656	-	-
Equipamentos de Informática	-	(2)	-	(2)	-	<b>(4)</b>
<b>Total da depreciação acumulada</b>	<b>(443)</b>	<b>(606)</b>	-	-	-	<b>(1.049)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>	<b>13.061</b>	<b>(477)</b>	-	-	<b>3.008</b>	<b>15.592</b>

**(i)** Em 2025, foi realizada a reclassificação do montante de R\$ 3.008, anteriormente alocado em projetos em andamento no intangível, para a conta de Centrais Solares, referente a projetos já concluídos;

**(ii)** Em 2024, por sua vez, houve a reclassificação de R\$ 13.504, também registrados como projetos em andamento no intangível, em razão da conclusão desses projetos e sua transferência para a conta de Máquinas e Equipamentos. Posteriormente, em 2025, tais valores foram transferidos para a conta de Centrais Solares, com o objetivo de melhor alocação dos equipamentos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Essas reclassificações realizadas em 2024 e 2025 decorreram da ativação da usina de Piumhi, que entrou em operação no exercício de 2024.

	Saldo em 31/12/2023 (Não revisado)	Adições	Baixas	Reclassificações	Saldo em 31/12/2024 (Não revisado)
<b>Custo</b>					
Centrais Solares	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	13.504	<b>13.504</b>
Equipamentos de Informática	-	-	-	-	-
<b>Total do custo</b>	-	-	-	<b>13.504</b>	<b>13.504</b>
<b>Depreciação</b>					
Centrais solares	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	(443)	-	-	<b>(443)</b>
Equipamentos de Informática	-	-	-	-	-
<b>Total da depreciação acumulada</b>	-	<b>(443)</b>	-	-	<b>(443)</b>
<b>Total do imobilizado líquido 2024</b>	-	<b>(443)</b>	-	<b>13.504</b>	<b>13.061</b>

**9. Intangível**

As movimentações do intangível nos exercícios encontram-se apresentadas a seguir:

	Saldo em 31/12/2024 (Não revisado)	Adições	Transferência	Reclassificações	Saldo em 31/12/2025
<b>Custo</b>					
Projetos em andamento	<b>3.063</b>	-	(55)	(3.008)	-
Softwares	-	-	55	-	<b>55</b>
<b>Total do custo</b>	<b>3.063</b>	-	-	<b>(3.008)</b>	<b>55</b>
<b>Amortização</b>					
Softwares	-	(10)	-	-	<b>(10)</b>
<b>Total da amortização acumulada</b>	-	<b>(10)</b>	-	-	<b>(10)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>	<b>3.063</b>	<b>(10)</b>	-	<b>(3.008)</b>	<b>45</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Saldo em 31/12/2023 (Não revisado)	Adições	Reclassificações	Saldo em 31/12/2024 (Não revisado)
<b>Custo</b>				
Projetos em andamento	11.677	4.890	(13.504)	3.063
<b>Total do custo</b>	<b>11.677</b>	<b>4.890</b>	<b>(13.504)</b>	<b>3.063</b>
<b>Total do intangível líquido</b>	<b>11.677</b>	<b>4.890</b>	<b>(13.504)</b>	<b>3.063</b>

Projetos	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
C2140003-Implantação GD Piumhi (i)	-	2.779
C2110097-Aquisição de equipamentos	-	129
C2110000-Adiantamento para entrega futura	-	112
C2200008-GD Piumhi	-	32
C2120020-Aquisição equipamentos de ensaios	-	11
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.063</b>

(i) O projeto de implantação GD Piumhi refere-se à implantação de uma usina fotovoltaica (UFV), na modalidade de geração distribuída, com capacidade instalada de 2,5 MW, localizada no município de Piumhi, no estado de Minas Gerais. A UFV foi conectada à rede da CEMIG em 2024, permanecendo algumas entregas de performance contratual previstas para 2025.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

**10. Fornecedores**

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
Fornecedores de serviços e mercadorias	31	44
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>44</b>

**11. Obrigações tributárias**

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
CSLL	32	7
IRPJ	53	-
ISS	18	12
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>19</b>

**12. Provisão para riscos**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os processos considerados pela Companhia como de perda provável são como segue:

**Perdas prováveis**

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
Administrativos	3	3
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

**Perdas possíveis**

A Companhia avalia periodicamente seus processos judiciais, com base na opinião de seus assessores jurídicos. Nos exercícios de 2024 e 2025, não foram identificados processos classificados como de perda possível, razão pela qual não há divulgações adicionais ou provisões relacionadas a essa classificação.

**13. Partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas são reconhecidas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
<b>Ativo circulante - Operacional</b>		
NEC Energia e Participações S.A.	25	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>25</b>	<b>-</b>
<b>Passivo circulante - Operacional</b>		
NEC Energia e Participações S.A.	-	850
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda	27	-
NEC Desenvolvimento de Projetos em Energia AS	16	2
Empresa Desenvolvedora e Empreendimentos Energéticos Ltda.	-	1.455
<b>Passivo circulante - Mútuo</b>		
CEI Energética Integrada Ltda. (i)	86	1.341

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
<b>Passivo não circulante - Mútuo</b>		
<b>Mútuo</b>		
CEI Energética Integrada Ltda. <b>(ii)</b>	6.706	7.665
<b>Total do passivo</b>	<b>6.835</b>	<b>11.313</b>
<b>Resultado</b>		
NEC Energia e Participações S.A. <b>(iii)</b>	(133)	(850)
BEI - Brasil Energia Inteligente Ltda. <b>(iv)</b>	(383)	(103)
<b>Total do resultado</b>	<b>(516)</b>	<b>(953)</b>

**(i)** As ações preferenciais Classe B1 não terão direito a voto, mas terão direito ao recebimento de dividendo fixo e cumulativo equivalente à variação da inflação apurada pela Taxa CDI 100%, com acréscimo de 3,90% ao ano pro rata temporis, conforme calculado sobre o preço de subscrição de tais ações a ser pago trimestralmente sempre e na medida em que for permitido pela LSA.

**(ii)** Os valores registrados como mútuo referem-se à composição do saldo das Ações Preferenciais Classe B1, sendo parte capital social e parte como reserva de capital. Essas ações não conferem direito a voto, porém asseguram prioridade no reembolso de capital em relação às ações ordinárias e às demais ações preferenciais, além de garantirem ao seu titular os direitos previstos em sua emissão. Considerando as características dessas ações, a Companhia reconhece seus efeitos como instrumentos financeiros de dívida, classificando-os no passivo com partes relacionadas.

**(iii)** Os valores referem-se ao rateio de compartilhamento de custos e despesas do Centro de Serviços Compartilhados do Grupo NEC, para as empresas participantes do grupo econômico, conforme critérios definidos pela Administração.

**(iv)** A BEI Brasil presta serviços de intercompany de O&M" que se refere ao reembolso de custos e despesas incorridos pelas empresas relacionados à operação e manutenção (O&M) das usinas do grupo. Esses reembolsos abrangem despesas com manutenção preventiva e corretiva, conservação dos ativos, planejamento estratégico e operação remota das usinas, assegurando a eficiência e a continuidade das operações do grupo.

## 14. Renuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia renunciaram ao recebimento de remuneração contemplada nos atos constitutivos da Companhia ou, conforme aplicável, nos atos societários que registraram a sua correspondente eleição para os cargos atualmente ocupados.

## 15. Tributos diferidos

A seguir, apresentamos a movimentação do saldo:

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
CSLL Diferido	50	37
IRPJ Diferido	128	95
PIS e Cofins diferido	61	46
ISS Diferido	35	14
<b>Total (i)</b>	<b>274</b>	<b>192</b>

**(i)** O aumento dos impostos diferidos em 2025 em comparação a 2024 decorre do início do faturamento da companhia apenas em outubro de 2024. Dessa forma, no exercício de 2024, os impostos diferidos foram reconhecidos somente sobre as notas de faturamento referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 2025, por sua vez, o faturamento ocorreu de forma contínua ao longo de todos os meses do exercício, resultando no reconhecimento dos impostos diferidos sobre a totalidade das notas de faturamento do período, o que explica o aumento observado em relação ao exercício anterior.

<b>Movimentação</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>PIS / Cofins</b>	<b>ISS</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não revisado)</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	-	-	<b>11</b>
Receita financeira não resgatada	45	45	-	-	-
Receita contábil resgatada	(89)	(89)	-	-	-
Alíquota	9%	15%	3,65%	5%	
<b>Tributos diferidos</b>	<b>(4)</b>	<b>(7)</b>	-	-	<b>(11)</b>
<b>Reconhecimento receita a receber</b>					
Serviços faturados	1.260	1.260	1.260	-	
Serviços a Receber	(266)	(266)	(266)	-	
Base de cálculo	994	994	994	-	
Presunção 32%	318	318			
Alíquota	9%	15%	3,65%	5%	
<b>Tributos diferidos</b>	<b>29</b>	<b>48</b>	<b>36</b>	-	<b>113</b>
(-) Excedente adicional ( 3 meses R\$60)		(60)			
Base de cálculo		258			
Alíquota		10%			
		<b>26</b>			<b>26</b>
<b>Tributos diferidos</b>	<b>29</b>	<b>74</b>	<b>36</b>	-	<b>139</b>
Receita não faturada	284	284	284	284	
Presunção 32%	91	91	-	-	
Alíquota	9%	15%	3,65%	5%	
<b>Tributos diferidos</b>	<b>8</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>46</b>
(-) Excedente adicional (1 mês R\$20)		(20)	-	-	
Base de cálculo		71	-	-	
Alíquota		10%	-	-	
		7			7
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024 (não revisado)</b>	<b>37</b>	<b>95</b>	<b>46</b>	<b>14</b>	<b>192</b>
Receita financeira não resgatada	196	196			
Receita financeira resgatada	(186)	(186)			
Atualização monetária	-	-			
Base de cálculo	10	10			
Alíquota	9%	25%	3,65%	5%	
<b>Tributos diferidos</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	-	-	<b>4</b>
<b>Estorno receita não faturada</b>	<b>(8)</b>	<b>(21)</b>	<b>(10)</b>	<b>(14)</b>	<b>(53)</b>
Receita não faturada	689	689	689	689	
Presunção 32%	220	220	-		
Alíquota	9%	15%	3,65%	5%	
<b>Tributos diferidos</b>	<b>20</b>	<b>33</b>	<b>25</b>	<b>35</b>	<b>113</b>
(-) Excedente adicional ( 2 mês R\$40)		(40)	-	-	
Base de cálculo		180	-	-	
Alíquota		10%	3,65%	5%	
<b>Tributos diferidos</b>	-	<b>18</b>	-	-	<b>18</b>
<b>Reconhecimento receita a receber</b>					
Serviços faturados	3.403	3.403	3.403	-	
Serviços recebidos	(3.398)	(3.398)	(3.398)	-	
Base de cálculo	5	5	5		

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS / Cofins	ISS	Total
Presunção 32%	2	2			
Alíquota	9%	15%	3,65%	5%	
<b>Tributos diferidos</b>	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>50</b>	<b>128</b>	<b>61</b>	<b>35</b>	<b>274</b>

**16. Patrimônio líquido****16.1. Capital social**

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$ 5.003 (R\$ 3.560 em 31 de dezembro de 2024), integralizado em moeda corrente do país e distribuído entre os sócios, conforme demonstrado a seguir.

A integralização do capital social ocorreu por meio de aportes realizados pelos acionistas NEC Projetos Solares e CEI Energética, em diferentes datas, de acordo com as respectivas deliberações societárias.

A NEC Projetos Solares efetuou aportes de capital em 04 de maio de 2023, no valor de R\$ 166; em 27 de julho de 2023, no montante de R\$ 3.433; em 19 de setembro de 2024, no valor de R\$ 0,01; e em 05 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 1.404, totalizando R\$ 5.003.

Acionista	Ações	Ações	%
NEC Projetos Solares e Participações Ltda.	Ordinárias	4.616.027	92,95%
CEI - Energética Integrada Ltda.	Preferencias	350.001	7,05%
<b>Total</b>		<b>4.966.028</b>	<b>100%</b>

2025			
Acionista	Ações	Ações	%
NEC Projetos Solares e Participações Ltda.	Ordinárias	4.616.027	92,95%
CEI - Energética Integrada Ltda.	Preferencias - PNB1	350.001	7,05%
<b>Total</b>		<b>4.966.028</b>	<b>100%</b>

Em decorrência do resgate das ações e do aumento de capital, a Nec Projeto Solares passou a deter 92,95% de participação, enquanto participação da CEI Energética Integrada Ltda. foi reduzida de 50% para 7,05%, em comparativo com o ano de 2024.

2024 (não revisado)			
Acionista	Ações	Ações	%
NEC Projetos Solares e Participações Ltda.	Ordinárias	4.616.027	50,00%
CEI - Energética Integrada Ltda.	Preferencias - PNB1 (i)	400.001	50,00%
<b>Total</b>		<b>5.016.028</b>	<b>100%</b>

(i) As ações preferenciais Classe B1 não terão direito a voto, mas terão prioridade no reembolso de capital em relação às ações ordinárias e ações preferenciais e conferirá ao seu titular o direito ao recebimento de dividendo fixo e cumulativo equivalente à variação da inflação apurada pela Taxa CDI 100%, com acréscimo de 3,90% ao ano pro rata temporis, conforme calculado sobre o preço de subscrição de tais ações a ser pago trimestralmente sempre e na medida em que for permitido pela LSA. Considerando as características destas ações, a Companhia apresenta seus efeitos como instrumentos financeiros de dívida, no passivo com partes relacionadas.

**16.2. Reserva de Capital**

A reserva de capital da Companhia é composta por aportes realizados pela Companhia NEC Projetos Solares, por meio da integralização de ações preferenciais, conforme descrito a seguir:

Pela NEC Projetos Solares, os aportes destinados à reserva de capital referem-se à integralização de ações ordinárias (ON), ocorridos em 27 de julho de 2023, no montante de R\$ 4.231 e em 05 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 2.812, totalizando R\$ 7.043.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

**16.3. Reserva Legal**

Em conformidade com o artigo 193 da Lei no 6.404/76, a Companhia destina 5% do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal, até que o saldo dessa reserva atinja 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia a constituiu o montante de R\$ 5 para a reserva legal, por meio da destinação do lucro líquido do exercício. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital, nos termos da legislação societária vigente.

**17. Receita operacional líquida**

	31/12/2025	31/12/2024 Não revisado)
Receita com prestação de serviços	3.316	1.218
Receita de arrendamento	86	42
Receita não faturada	406	284
<b>Receita Bruta</b>	<b>3.808</b>	<b>1.544</b>
(-) PIS	(22)	(8)
(-) Cofins	(102)	(38)
(-) ISS	(166)	(61)
(-) Impostos sobre receita não faturada	(35)	(24)
<b>Deduções</b>	<b>(325)</b>	<b>(131)</b>
<b>Receita operacional líquida (i)</b>	<b>3.483</b>	<b>1.413</b>

(i) O aumento da receita em 2025, em comparação a 2024, decorre do início do faturamento da companhia apenas em outubro de 2024. Dessa forma, no exercício de 2024, a receita foi reconhecida somente em relação às notas de faturamento emitidas nos meses de outubro, novembro e dezembro. Em 2025, por sua vez, o faturamento ocorreu de forma contínua ao longo de todos os meses do exercício, resultando no reconhecimento da receita referente à totalidade das notas de faturamento do período, o que explica o aumento observado em relação ao exercício anterior.

**18. Custo de prestação de serviço**

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
Manutenção das usinas	(383)	(105)
Custo com pessoal e encargos	(16)	-
Custos com serviços de terceiros	(1)	(3)
Materiais, utilidades e serviços	(285)	(206)
Serviços de telecomunicação	(2)	(1)
Custo com depreciação e amortização	(616)	(443)
<b>Total (i)</b>	<b>(1.303)</b>	<b>(758)</b>

(i) O aumento em 2025 dos custos em observado decorre da entrada em operação da usina em julho de 2024. Até esse período, os gastos estavam majoritariamente associados à fase de implantação do projeto. A partir do início da operação, passaram a ser reconhecidos de forma recorrente os custos operacionais da usina, os quais impactaram de maneira mais significativa os resultados, especialmente ao longo de 2025, quando a operação ocorreu durante todo o exercício.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

**19. Despesas administrativas, comerciais e gerais**

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
Despesa com materiais, utilidades e serviços	(6)	(73)
Serviços de terceiros	(4)	(21)
Contingências	-	(3)
Rateio de despesas administrativas (i)	(133)	(851)
<b>Total</b>	<b>(143)</b>	<b>(948)</b>

(i) A variação do valor alocado na rubrica de rateio de despesas administrativas (DGA) entre 2024 e 2025 decorre do maior nível de esforço gerencial demandado em 2024 para a estruturação e início da operação da usina. Nesse período, houve maior dedicação das áreas administrativas e gerenciais para viabilizar o funcionamento da usina, o que impactou o volume de despesas alocados. Em 2025, com a usina já em operação e os processos gerenciais estabilizados, a alocação passou a refletir um nível mais recorrente de custos. Os valores referem-se ao rateio de compartilhamento de custos e despesas do Centro de Serviços Compartilhados do Grupo NEC entre as empresas participantes do grupo econômico, conforme critérios definidos pela Administração.

**20. Resultado financeiro, líquido**

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	196	45
<b>Total</b>	<b>196</b>	<b>45</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros e multa	(1)	(1)
Juros e multa sobre mútuo (i)	(1.672)	(1.341)
<b>Total</b>	<b>(1.673)</b>	<b>(1.342)</b>
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>(1.477)</b>	<b>(1.297)</b>

(i) Os valores registrados na rubrica "Juros e multa sobre o mútuo" referem-se aos rendimentos atribuídos às ações preferenciais resgatáveis detidas por um dos investidores da Piumhi, correspondentes aos dividendos fixos previstos no Estatuto Social da Companhia. Nos termos estatutários, os dividendos fixos são calculados com base na Taxa DI desde a data de emissão das ações preferenciais. Os dividendos fixos devidos no período compreendido entre a emissão das ações e a data do COD são acumulados e atualizados financeiramente até a data do efetivo pagamento.

Dessa forma, os valores registrados não decorrem de endividamento financeiro, mas sim dos rendimentos associados a instrumentos patrimoniais (ações preferenciais resgatáveis), não havendo qualquer relação com dívidas ou financiamentos da Companhia.

**21. Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia efetua a apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime de lucro presumido com base no regime caixa.

**21.1. Encargo de impostos sobre a renda - Corrente**

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
Recebimento com prestação de serviços	3.398	267
Percentual de presunção	32%	32%
<b>Lucro presumido</b>	<b>1.087</b>	<b>85</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
Outras receitas	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	186	89
<b>Base de cálculo - Lucro presumido</b>	<b>1.273</b>	<b>174</b>
Alíquota de 15%	191	26
Adicional de 10%	103	3
<b>IRPJ - Corrente</b>	<b>294</b>	<b>29</b>
Recebimento com prestação de serviços	3.398	267
Percentual de presunção	32%	32%
<b>Lucro presumido</b>	<b>1.087</b>	<b>85</b>
Outras receitas	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	186	89
<b>Base de cálculo do IRPJ</b>	<b>1.273</b>	<b>174</b>
Alíquota	9%	9%
<b>CSLL - Corrente</b>	<b>115</b>	<b>16</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social - corrente</b>	<b>409</b>	<b>45</b>

**21.2. Imposto de renda e contribuição social - Diferido**

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
<b>Reconhecimento receita financeira</b>		
Receita financeira não resgatada	196	45
Receita financeira resgatada	(186)	(89)
Base de cálculo	10	(44)
Alíquota de IR e CSLL	34%	24%
<b>IRPJ e CSLL Diferido sobre receita financeira</b>	<b>3</b>	<b>(11)</b>
<b>Reconhecimento receita a receber</b>		
Serviços faturados	3.403	1.280
Serviços recebidos	(3.398)	(266)
Base de cálculo	5	1.014
Presunção 32%	2	324
Alíquota de IR e CSLL	34%	24%
<b>Tributos diferidos</b>	<b>1</b>	<b>78</b>
Adicional 1 trimestre (R\$60)	-	264
<b>Alíquota 10%</b>	<b>-</b>	<b>26</b>
<b>IRPJ e CSLL Diferido sobre receita a receber</b>	<b>1</b>	<b>104</b>
<b>Reconhecimento receita não faturada</b>		
Receita não faturada	689	282
Presunção 32%	220	90
Alíquota de IR e CSLL	24%	24%
<b>Tributos diferidos</b>	<b>53</b>	<b>22</b>
Adicional 2 mês (R\$40)	180	50
<b>Alíquota 10%</b>	<b>18</b>	<b>5</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
<b>IRPJ e CSLL Diferido sobre receita não faturada</b>	<b>71</b>	<b>27</b>
<b>Estorno Diferido sobre receita não faturada ano anterior</b>	<b>(29)</b>	
<b>IRPJ e CSLL Diferido do exercício</b>	<b>46</b>	<b>120</b>

**22. Instrumentos financeiros****22.1 Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores financeiros aproximam-se dos valores justos.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalente de caixa - Custo amortizado	374	290
Contas a receber - Custo amortizado	1.626	1.227
Partes relacionadas - Custo amortizado	25	-
<b>Total</b>	<b>2.025</b>	<b>1.517</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores - Custo amortizado	31	44
Partes relacionadas - Custo amortizado	6.835	11.313
<b>Total</b>	<b>6.866</b>	<b>11.357</b>

**22.2 Gerenciamento de risco financeiro**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco regulatório;
- Risco socioambiental.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

**i) Estrutura de gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

**ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, principalmente em relação a contas receber, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

**Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria da Companhia de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

**Contas a receber com clientes**

O risco de crédito com clientes, está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. A análise de crédito visa minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

**iii) Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área Financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para a Companhia.

**iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**v) Risco regulatório**

O setor elétrico brasileiro está sujeito a um ambiente regulatório dinâmico, caracterizado por revisões normativas frequentes e por processos de modernização do marco legal. Nesse contexto, a conversão da Medida Provisória no 1.304/2025 na Lei no 15.269/2025 introduziu diretrizes relevantes para a reorganização do setor elétrico nacional, incluindo aspectos relacionados à abertura do mercado de energia elétrica, à alocação de encargos setoriais, ao tratamento da geração distribuída, da autoprodução, da geração renovável e ao gerenciamento da operação do sistema.

Embora a referida lei tenha mantido parte substancial das regras anteriormente vigentes, especialmente no que se refere aos regimes de transição aplicáveis à geração distribuída estabelecidos pela Lei no 14.300/2022, o novo marco regulatório reforça discussões estruturais sobre a sustentabilidade econômico-financeira do setor, a repartição dos custos do sistema elétrico, o uso da infraestrutura de rede e os mecanismos de segurança operativa. Parte relevante de seus dispositivos depende ainda de regulamentação específica por parte de órgãos reguladores e setoriais, como a ANEEL, o Ministério de Minas e Energia e a CCEE, o que pode resultar em alterações adicionais nas regras atualmente aplicáveis.

Nesse cenário, permanecem incertezas quanto a eventuais mudanças futuras nos critérios de compensação de energia elétrica, nos requisitos para caracterização de autoprodução, nas condições de contratação e comercialização de energia, bem como na possibilidade de limitações operacionais à geração, inclusive em situações de restrição do sistema elétrico. Adicionalmente, poderão ser requeridos investimentos adicionais para adequação técnica, operacional ou regulatória dos ativos, a depender da evolução normativa e regulatória.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia monitora continuamente os desdobramentos relacionados à Lei no 15.269/2025 e aos atos infralegais dela decorrentes, avaliando seus potenciais impactos sobre suas operações, fluxos de caixa e posição patrimonial. Até a data-base das presentes demonstrações contábeis, não foram identificados efeitos materiais imediatos decorrentes da referida lei; contudo, eventuais alterações regulatórias futuras poderão impactar o desempenho operacional e financeiro da Companhia, não sendo possível, neste momento, mensurar de forma precisa tais efeitos.

**vi) Risco socioambiental**

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelo nosso auditor independente.

**23. Transações que não impactam caixa**

A Companhia realizou transações que não geraram efeitos de caixa que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024 (Não revisado)
Reclassificação entre o Intangível e Imobilizado	3.008	13.504
<b>Total</b>	<b>3.008</b>	<b>13.504</b>

**24. Seguros**

**Seguro de responsabilidade civil - GDs**

Em 21 de novembro de 2025, foram contratados o os seguro referente as coberturas para riscos de responsabilidade civil conforme as condições gerais, e em conformidade com as condições especiais e particulares convencionadas na apólice, assumindo o compromisso de garantir, até o limite máximo de indenização, ou, quando aplicável, até o sublimite, limite agregado, ou limite máximo de garantia, o pagamento das quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo segurado, nas reparações tem como objetivo garantir cobertura para danos corporais, materiais e morais involuntariamente causados a terceiros, decorrentes da operação, manutenção e existência das usinas solares de responsabilidade da companhia. O seguro visa mitigar riscos financeiros associados a eventuais acidentes, falhas operacionais ou ocorrências que possam gerar responsabilidade civil, assegurando a continuidade das atividades e a proteção do patrimônio da companhia, com vigência até 21 de novembro de 2026 e montante limite de R\$ 5MM para todas as companhias co-seguradas. UFV MOZART SPE LTDA - 53.258.100/0001-89, ATON ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA - 45.289.399/0001-00 e PIUMHI ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

---

**Seguro Operacional - GDs**

Em 02 de outubro de 2025, foram contratadas as coberturas de seguro que garante, até o Limite Máximo de Indenização (LMI) de 38.000., nos termos das Condições Contratuais, o pagamento de indenização por prejuízos decorrentes dos riscos cobertos, causados a Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias Primas, próprias e/ou de terceiros, inclusive bens de terceiros sob guarda e/ou custódia do segurado que façam parte do valor em risco declarado das Usinas Fotovoltáicas (UFVs) de Geração Distribuída Mozart (potência instalada 7 MWp, sendo 10.145 painéis fotovoltaicos de 690 Wp cada), Araguari (potência instalada 3,467MWp, sendo 5.928 painéis fotovoltaicos de 585 Wp cada), Araxá (potência instalada 4,453 MWp, sendo 7.746 painéis fotovoltaicos de 575 Wp cada), Indianápolis (potência instalada 2,753 MWp, sendo 4.788 painéis fotovoltaicos de 575 Wp cada), Nova Ponte (potência instalada 4,105 MWp, sendo 7.140 painéis fotovoltaicos de 575 Wp cada) e Piumhi, com vigência até 02 de Outubro de 2026.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

**25. Eventos subsequentes**

A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de aprovação pela diretoria.

Entre 31 de dezembro de 2025 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requerem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações contábeis.

\*\*\*\*

*Maria Tereza Diniz Carneiro*

---

**Maria Tereza Diniz Carneiro**

Diretora

CPF: 013.460.826-77

*Mauricio Aquino Halewicz*

---

**Mauricio Aquino Halewicz**

Diretor

CPF: 694.701.200-78

*Gisele Aparecida Rocha Nogueira*

---

**Gisele Aparecida Rocha Nogueira**

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54

\*\*\*\*